



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CAMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

RESOLUÇÃO 08/2017

Aprova a criação do Mestrado em Administração, modalidade acadêmica, sob a responsabilidade do Centro de Humanidades – CH, da Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando as peças constantes no Processo nº 23096.009366/16-43, e

Considerando o parecer favorável emitido pelo relator desta Câmara, Conselheiro Marcus Bessa de Menezes;

R E S O L V E, *ad referendum*:

Art. 1º Aprovar a criação do Programa de Mestrado em Administração, modalidade acadêmica, sob a responsabilidade do Centro de Humanidades (CH), da Universidade Federal de Campina Grande.

Parágrafo único. O Regulamento do Programa a que se refere o *caput* deste artigo passa a fazer parte da presente Resolução, na forma dos Anexos.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 09 de agosto de 2017.

BENEMAR ALENCAR DE SOUZA
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CAMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
(ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 08/2017)

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO NA
MODALIDADE ACADÊMICA**

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO GERAL E FUNCIONAMENTO DO CURSO

Art. 1º O Mestrado em Administração, modalidade acadêmica, sob a responsabilidade do Centro de Humanidades – CH, da Universidade Federal de Campina Grande, tem como base principal, a infraestrutura física e de recursos humanos da Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade, sendo constituído de 01 (uma) área de concentração e 02 (duas) linhas de pesquisa, assim discriminadas:

I – Área de Concentração: Gestão Social e Ambiental;

II – Linhas de Pesquisa: Organizações, Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Sustentabilidade; Educação, Cidadania e Políticas de Gestão Social e Ambiental.

Art. 2º O Mestrado em Administração tem como objetivo a formação de profissionais capazes de compreender e aplicar base teórica, conceitual e metodológica relacionada à sua área de concentração e respectivas linhas de pesquisa, de forma a viabilizar aplicações no contexto organizacional, quer sejam públicas ou privadas e, a partir disso, contribuir para melhor forma de atuação das organizações e, por conseguinte, para uma sociedade mais justa e equitativa.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º Integram a organização didático-administrativa do Mestrado em Administração:

I – o Colegiado, como órgão deliberativo;

II – a Coordenação, como órgão executivo do Colegiado;

III – a Secretaria, como órgão de apoio administrativo.

Parágrafo único. A interação do Mestrado com os corpos docente e discente ocorrerá com a realização de Assembleias Gerais, convocadas semestralmente pela Coordenação do Programa, ou extraordinariamente, por solicitação do Colegiado do Mestrado.

Art. 4º A constituição e atribuições dos órgãos responsáveis pela organização didático-administrativa do Mestrado em Administração são as definidas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFCG, pelo Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG e pelos órgãos competentes da Universidade, conforme as normas em vigor.

Seção I Do Colegiado do Mestrado

Art. 5º O Colegiado do Mestrado será composto de seu Coordenador, um representante do corpo docente permanente do Programa de cada uma das áreas de concentração, um representante do corpo discente e um representante do corpo técnico-administrativo, de acordo com o Art. 44 do Regimento Geral da Universidade Federal de Campina Grande.

Seção II Da Coordenação do Mestrado

Art. 6º A Coordenação do Mestrado em Administração será exercida por docente permanente credenciado no Programa, escolhido na forma prevista no Regimento Geral da UFCG, tendo suas competências estabelecidas pelo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Seção III Da Secretaria

Art. 7º A Secretaria é órgão responsável pelo apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto, tendo suas competências estabelecidas pelo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

CAPITULO II DO FUNCIONAMENTO

Seção I Do Corpo Docente

Art. 8º O corpo docente do Mestrado em Administração é constituído por professores e ou pesquisadores, classificados nas categorias de permanente, colaborador e visitante conforme descrito no Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Art. 9º O credenciamento de docentes será feito pelo Colegiado do Curso, quando solicitado pelo interessado por meio de requerimento dirigido ao Coordenador, anexando seu *Curriculum Lattes* atualizado, com aprovação prévia, por escrito, da instituição ou setor com o qual o docente mantenha vínculo empregatício, e um plano de trabalho a ser realizado no Mestrado em Administração, no período do credenciamento.

§ 1º O credenciamento de docentes deverá considerar:

I – produção científica, divulgada em veículos qualificados pela CAPES;

II – área de titulação;

III – participação em projeto de pesquisa;

IV – orientação de pesquisas de iniciação científica e demais atividades de pesquisa que envolvam discentes, em nível de graduação;

V – disponibilidade de dedicação de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais às atividades do Programa.

§ 2º O credenciamento dos membros do corpo docente terá validade pelo período de quatro anos, ao final do qual será feita uma avaliação do desempenho do docente, nos termos apresentados no *caput* deste artigo, tendo em vista os critérios de avaliação definidos pelo Colegiado.

§ 3º A continuidade do credenciamento do professor pesquisador perante o Mestrado em Administração dependerá de parecer aprovado pelo respectivo Colegiado, que se pautará nos critérios próprios de desempenho e na política institucional de avaliação do Curso.

§ 4º Para o credenciamento, o(a) docente deverá apresentar ao Colegiado do Mestrado um novo plano de atividades a serem desenvolvidas no próximo período de credenciamento, além da sua produção acadêmico-científica nos últimos quatro anos.

§ 5º O(a) professor(a) pesquisador(a) poderá ser desligado antes de completar o quadriênio, mediante solicitação do mesmo, ou por decisão do Colegiado em razão do não cumprimento do plano de atividades apresentado quando do credenciamento ou credenciamento.

§ 6º O(a) docente permanente do Programa deverá manter atualizado o Currículo Lattes e fornecer, à Coordenação e à Secretaria do Mestrado, as informações requeridas pela base de coleta de dados da CAPES.

Seção II **Da orientação**

Art. 10. Cada discente terá um Orientador, designado pelo Colegiado do Mestrado, em comum acordo com o discente e com o Orientador que aceitou o Plano Preliminar de Dissertação, por ocasião da inscrição no processo de seleção.

Art. 11. As orientações serão realizadas de acordo com o previsto no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Parágrafo único. A capacidade de orientação (número de orientações por docente) é determinada pelo Colegiado de Curso e será calculada, anualmente, objetivando a seleção de novos candidatos.

Art. 12. Até 06 (seis) meses antes da data prevista para defesa do Trabalho Final, o discente poderá requerer mudança do Orientador principal de Trabalho Final.

Parágrafo único. A mudança de Orientador de que trata o *caput* deste artigo só será permitida quando devidamente justificada e a critério do Colegiado do Mestrado, em função da disponibilidade e aceite de outro Orientador, desde que o mesmo atenda o requisito de produção qualificada estabelecida em comitê específico da CAPES.

Seção III Da Inscrição e Seleção

Art. 13. Para a seleção ao Mestrado em Administração, poderão inscrever-se portadores do diploma de cursos em nível superior reconhecidos e validados pelas instâncias competentes no Brasil.

Art. 14. O Colegiado do Mestrado fixará, fazendo constar em Edital, os prazos de inscrição, a data de início da seleção e o número de vagas oferecidas para o Mestrado, nas Linhas de Pesquisa do Programa, respeitando as disponibilidades de orientadores, professores e infraestrutura acadêmico-administrativa relacionada aos Cursos.

Art. 15. Para a inscrição dos candidatos ao Mestrado em Administração, são exigidos os seguintes documentos:

I – formulário de inscrição devidamente preenchido;

II – cópia autenticada do Diploma de Curso Superior ou documento equivalente;

III – comprovante de aprovação em proficiência em língua estrangeira inglesa (condicionada à exigência da Comissão de Seleção);

IV – cópia autenticada do Registro de Identidade e CPF, para brasileiros, ou do registro geral de estrangeiro para os candidatos não brasileiros, respectivamente;

V – prova de estar em dia com as obrigações militares e eleitorais, no caso de o candidato ser brasileiro;

VI – Currículo Lattes, com cópia dos documentos comprobatórios;

VII – Histórico Escolar dos cursos concluídos;

VIII – comprovante do resultado do teste da ANPAD, com pontuação mínima exigida a critério da Comissão de Seleção;

IX – Plano Preliminar de Dissertação;

§ 1º A Coordenação do Mestrado deferirá o pedido de inscrição, com base na regularidade da documentação apresentada ou enviada até a data de limite de inscrição.

§ 2º Caso o candidato, na época da inscrição, ainda não houver concluído o Curso de Graduação, deverá apresentar documento comprovando estar em condições de concluí-lo antes do início do Curso.

Art. 16. Para os fins de comprovação da capacidade de leitura em línguas estrangeiras, serão considerados os exames de proficiência realizados periodicamente pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

§ 1º O exame de proficiência em língua estrangeira poderá ser exigido para fins de inscrição no processo de seleção para o Mestrado, bem como outros exames realizados, a critério da Comissão de Seleção ou da Coordenação do Mestrado.

§ 2º No caso de a Comissão de Seleção não considerar a proficiência para fins de ingresso no Mestrado, a sua realização deverá ocorrer no prazo máximo de 12 meses, contados a partir do ingresso do discente no Mestrado.

§ 3º O discente deverá ser aprovado em proficiência na língua estrangeira inglesa, a partir de critérios definidos pelo Colegiado do Mestrado.

§ 4º O resultado dos exames de que trata o *caput* deste artigo constará no histórico escolar do discente com o conceito “Aprovado” ou “Reprovado”, juntamente com o período de sua realização.

§ 5º O discente “Reprovado” no exame de que trata o *caput* deste artigo deverá repeti-lo no período letivo subsequente.

Art. 17. A seleção dos candidatos inscritos estará a cargo de uma Comissão de Seleção composta de pelo menos 01 (um) professor representando cada linha de pesquisa do Programa.

Parágrafo único. A Comissão de Seleção se baseará em normas complementares de seleção aprovadas pelo Colegiado do Curso de Mestrado.

Art. 18. A seleção dos candidatos será realizada anualmente, por processo cumulativamente eliminatório e classificatório, com observância dos seguintes critérios:

- I – realização do teste da ANPAD;
- II – realização de Prova Escrita de caráter eliminatório;
- III – análise do Histórico Escolar e do Currículo Lattes do candidato;
- IV – análise do Plano Preliminar de Dissertação;

§ 1º A pontuação do Histórico Escolar, do Currículo Lattes e do Plano Preliminar de Dissertação será feita de acordo com Normas Complementares de seleção, aprovadas pelo Colegiado do Mestrado.

§ 2º Além dos critérios estabelecidos neste artigo, o Mestrado poderá exigir outros critérios adicionais considerados importantes, que constarão no edital do processo seletivo, aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 3º A Coordenação do Mestrado será responsável pela divulgação do resultado do processo de seleção.

Seção IV Da Matrícula

Art. 19. O candidato aprovado e classificado na seleção deverá efetuar sua matrícula prévia, dentro dos prazos fixados pelo calendário escolar do Mestrado, apresentando os originais de todos os documentos exigidos neste Regulamento.

§ 1º No ato da matrícula prévia o candidato receberá um número que o identificará como aluno regular do Curso de Mestrado.

§ 2º A matrícula prévia será feita na Secretaria do Mestrado, constituindo-se condição para a realização da primeira matrícula em disciplinas.

§ 3º A não efetivação da matrícula prévia no prazo fixado implica a desistência do candidato em se matricular no Mestrado, perdendo todos os direitos adquiridos pela aprovação e classificação no processo seletivo.

Art. 20. No período fixado no calendário escolar, o aluno fará sua matrícula em disciplinas na Coordenação do Mestrado, tendo obrigatoriamente o aval do orientador.

Art. 21. Poderá obter matrícula em disciplinas isoladas do Mestrado em Administração, na qualidade de “Aluno Especial”, de conformidade com o estabelecido no Regimento Geral da UFCG, Graduado ou, em casos excepcionais, aluno de Graduação da UFCG, que tenha cursado um mínimo de 80% dos créditos exigidos para a integralização do curso de Graduação.

§ 1º A permissão da matrícula em disciplinas isoladas será concedida, após apreciação do requerimento pelo Colegiado do Curso, com base em solicitação do candidato.

§ 2º O aluno especial somente poderá cursar um máximo de 12 (doze) créditos de disciplinas eletivas do Mestrado em Administração.

§ 3º As disciplinas cursadas por aluno, na condição mencionada no *caput* deste artigo, não contarão créditos para a integralização da Estrutura Acadêmica do Mestrado em Administração, enquanto o mesmo for considerado aluno especial.

§ 4º O aluno especial não está vinculado ao Mestrado em Administração, não recebendo assim número de matrícula deste Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande.

Seção V Da Concessão de Bolsas de Estudo

Art. 22. O discente sem vínculo empregatício, dependendo da disponibilidade de cotas do Mestrado, poderá receber uma bolsa por um período de até 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º A distribuição, o acompanhamento e o remanejamento das bolsas dos discentes, serão realizados pela Comissão de Bolsas instituída pelo Colegiado do Curso.

§ 2º Para os fins do § 1º deste artigo, a Comissão de Bolsas levará em consideração o desempenho do discente no Programa, o Regulamento Geral dos Programas de Pós-

Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, as determinações das agências de fomento e a disponibilidade de cotas no Curso.

Seção VI

Do Trancamento e do Cancelamento de Matrícula

Art. 23. Será permitido o trancamento de matrícula em uma ou mais disciplinas individualizadas, desde que ainda não se tenha realizado 30% (trinta por cento) das atividades previstas para a disciplina, salvo caso especial a critério do Colegiado.

§ 1º O pedido de trancamento de matrícula em uma ou mais disciplinas deverá apresentar uma exposição de motivos, feita pelo aluno, dirigida ao Coordenador do Mestrado.

§ 2º O deferimento do pedido compete ao Coordenador do Mestrado, ouvidos previamente o Orientador do aluno e o professor da disciplina.

§ 3º É vedado o trancamento de matrícula na mesma disciplina mais de uma vez, salvo casos especiais, a critério do Colegiado do Curso.

§ 4º Aos alunos bolsistas, durante o período de integralização dos créditos, é exigida a totalização de um número mínimo de 04 (quatro) créditos para cada período letivo regular.

Art. 24. O trancamento de matrícula do período letivo em execução corresponde à interrupção de estudos e só poderá ser concedido em caráter excepcional, por solicitação do aluno e justificativa expressa do Orientador e a critério do Colegiado.

§ 1º O prazo máximo permitido de interrupção de estudos será de 02 (dois) períodos letivos, não se computando no tempo de integralização do Curso de Mestrado.

§ 2º Durante o período de interrupção de estudos, o aluno ficará impedido de participar de qualquer atividade do Mestrado.

§ 3º O trancamento deverá ser, obrigatoriamente, mencionado no Histórico Escolar do aluno com a menção “Interrupção de Estudos” acompanhada do(s) período(s) letivo(s) de ocorrência e a data de homologação do Colegiado.

§ 4º Aprovado o trancamento de matrícula, o aluno perderá automaticamente a bolsa de estudos, que poderá ser remanejada para outro aluno.

Art. 25. Admitir-se-á o cancelamento de matrícula, em qualquer tempo, por solicitação do aluno, correspondendo a sua desvinculação do Mestrado.

CAPÍTULO III DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Seção I Da Estrutura Curricular

Art. 26. A Estrutura Acadêmica do Mestrado em Administração é constituída por disciplinas classificadas em obrigatórias e eletivas, como indicadas no Anexo II da Resolução que aprovou este Regulamento, com os respectivos números de créditos, a carga horária total equivalente e Unidades Acadêmicas responsáveis.

Parágrafo único. Todas as disciplinas com títulos “Tópicos Especiais” terão, quando oferecidas, um subtítulo que definirá melhor seu conteúdo, ementa, programa e referências, previamente organizados pelo professor ministrante e aprovados pelo Colegiado do Curso.

Art. 27. Para a conclusão do Mestrado em Administração, o aluno deverá integralizar, no mínimo, 28 (vinte e oito) créditos em disciplinas.

Parágrafo único. Não serão computados, nesse limite, os créditos atribuíveis às atividades de preparação para elaboração e defesa do Trabalho Final.

Art. 28. A Coordenação do Mestrado organizará a oferta de disciplinas para cada período letivo, obedecendo ao fluxograma e cronograma do Curso, de acordo com o calendário escolar.

Art. 29. A critério do Colegiado do Curso e por solicitação do Orientador, poderão ser atribuídos créditos a atividades ou estudos especiais não previstos na Estrutura Acadêmica, porém pertinentes à área de concentração do Mestrado em que o aluno está matriculado, até o máximo de 04 (quatro) créditos.

§ 1º As atividades ou estudos especiais de que trata o *caput* deste artigo deverão ser desenvolvidas, por um único aluno, na forma de estudo dirigido, com conteúdo programático não constante da Estrutura Acadêmica do Mestrado.

§ 2º A proposta de atribuição de créditos de que trata o *caput* deste artigo deverá partir do Orientador, com base em um projeto devidamente detalhado e apresentado ao Colegiado do Curso para aprovação.

§ 3º As atividades das quais trata o *caput* deste artigo serão anotadas no Histórico Escolar do aluno com a expressão “Estudos Especiais em”, acrescentando-se o tópico ou tema desenvolvido pelo discente, o período letivo correspondente e o respectivo conceito obtido.

Art. 30. Os discentes regularmente matriculados no Mestrado em Administração poderão, oportunamente, cumprir o Estágio Docência, com o objetivo de se aperfeiçoarem para o exercício da docência no nível do Ensino Superior, obedecidas as normas vigentes da UFCG.

Art. 31. As disciplinas obrigatórias deverão ser cursadas no máximo até o segundo período letivo e as eletivas, que totalizarão os limites de créditos exigidos no Mestrado, até o terceiro período letivo.

Art. 32. Após a conclusão dos créditos em disciplinas, o aluno deverá se matricular, em cada período, em “Elaboração de Dissertação”.

Seção II

Da Duração do Curso

Art. 33. A duração mínima e máxima para conclusão do Mestrado em Administração será, respectivamente, de 12 (doze) e 24 (vinte) meses.

Parágrafo único. Excepcionalmente, e a critério do Colegiado do Curso, poderá haver uma prorrogação de prazo de até 06 (seis) meses para o Mestrado, de acordo com o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Art. 34. Haverá 02 (dois) períodos letivos regulares em cada ano, oferecidos de acordo com o calendário escolar estabelecido pela UFCG.

Seção III **Da Verificação do Rendimento Acadêmico**

Art. 35. Em cada disciplina, o rendimento acadêmico, para fins de registro, será avaliado pelos meios previstos na sua programação acadêmica e expressos mediante nota, variando de zero a dez (0 a 10).

§ 1º O discente que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) será aprovado.

§ 2º Para efeito do cálculo do Coeficiente de Rendimento Acadêmico – CRA do discente, será adotado o estabelecido no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

§ 3º Será reprovado o discente que não atingir 80% (oitenta) da frequência em disciplina, sendo atribuída a nota zero, para efeito do cálculo do CRA, e registrado no Histórico Escolar com a letra “F”.

§ 4º Constarão, no Histórico Escolar do aluno, as notas obtidas em todas as disciplinas cursadas.

§ 5º Os Estudos Especiais de que trata o artigo 28 deste Regulamento serão considerados como disciplinas para efeito do cálculo do CRA.

Art. 36. O discente matriculado em “Elaboração de Dissertação” será avaliado pelo orientador, ao final de cada período letivo, a partir de um relatório de desempenho do discente.

Seção IV **Do Aproveitamento de Estudos**

Art. 37. Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento:

I – a equivalência de disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, em nível de Pós-Graduação, à disciplina da Estrutura Acadêmica do Mestrado;

II – a aceitação de créditos relativos às disciplinas já cursadas anteriormente pelo discente, mas que não fazem parte da estrutura curricular do Mestrado.

§ 1º Entende-se por disciplina já cursada aquela na qual o aluno logrou aprovação, comprovada por documento fornecido pela IES responsável.

§ 2º Quando do processo de equivalência de disciplinas de que trata o *caput* deste artigo, poderá haver necessidade da adaptação curricular.

§ 3º A adaptação curricular de que trata o parágrafo anterior será feita de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

§ 4º A aceitação de créditos em disciplinas de que trata o *caput* deste artigo somente será feita caso as disciplinas sejam consideradas, pelo Colegiado do Curso, de real importância para a formação do aluno.

§ 5º O aproveitamento de estudos tratado no *caput* deste artigo somente poderá ser feito quando as disciplinas tiverem sido concluídas há, no máximo, 05 (cinco) anos.

§ 6º Deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Histórico Escolar do aluno o nome abreviado ou sigla do Programa e da IES, se for o caso, nos quais o aluno cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento e a data de homologação pelo Colegiado.

Art. 38. Quando do aproveitamento de estudos, serão observadas as normas relativas à disciplina cursada em outra IES, de acordo com o estabelecido no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Seção V Do Desligamento e do Abandono

Art. 39. Será desligado do Curso o discente que se enquadrar nos casos previstos no Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG.

Art. 40. Será considerado em abandono de curso o discente que, em qualquer período letivo regular, não efetuar sua matrícula em disciplina(s).

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplicará ao aluno que estiver com os estudos interrompidos na forma do artigo 23 deste Regulamento.

Seção VI Do Projeto de Dissertação

Art. 41. Após concluir os créditos exigidos para integralização do Mestrado, o discente deverá submeter ao Colegiado do Curso, em um prazo máximo de 01 (um) período letivo, um Projeto de Dissertação, contendo:

- I – introdução e objetivos do Trabalho;
- II – revisão bibliográfica;
- III – procedimentos metodológicos a serem adotados;
- IV – cronograma de execução;
- V – referências.

§ 1º O Projeto de Dissertação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser apresentado pelo aluno à Coordenação do Mestrado com o parecer do Orientador.

§ 2º O referido Projeto deverá ser submetido à apreciação de uma Comissão Examinadora designada pelo Colegiado e composta do Orientador principal, como presidente, e, no mínimo, de 02 especialistas na área do Projeto.

§ 3º A comissão examinadora emitirá um parecer sobre o Projeto apresentado, atribuirá o conceito “Aprovado” ou “Reprovado”, e poderá sugerir alterações no Projeto ou necessidade de estudos complementares para qualificação do aluno na área da pesquisa.

Seção VII Do Trabalho Final

Art. 42. O Trabalho Final, requisito para obtenção do Grau de Mestre em Administração deverá evidenciar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização e de pesquisa.

Art. 43. A apresentação do Trabalho Final deverá ser requerida pelo discente, nos prazos estabelecidos pelo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, em concordância com o Orientador.

§ 1º O Colegiado apreciará o requerimento do discente e nomeará a Comissão Examinadora da defesa do Trabalho Final de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deverá estar acompanhado de 01 (um) exemplar em formato digital e 03 (três) exemplares impressos, obedecendo a padronização fixada pela UFCG.

§ 3º Caberá ao Orientador verificar se o Trabalho Final foi escrito dentro das normas do Curso e da UFCG.

Art. 44. Para a defesa do Trabalho Final, deverá o aluno, dentro dos prazos estabelecidos pelo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG e por este Regulamento, satisfazer aos seguintes requisitos:

I – ter cumprido o número mínimo de créditos exigidos para integralização do Mestrado;

II – ter sido aprovado no exame de proficiência de língua inglesa;

III – ter o Projeto de Dissertação aprovado, com recomendação formal do Orientador do Trabalho Final para sua defesa;

IV – apresentar comprovante de submissão de 01 (um) texto para publicação em revista especializada da área de concentração em que a dissertação está inserida, classificada no WebQualis (área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo), com periódico de estrato superior considerado pelo documento da referida área.

Art. 45. O Trabalho de Dissertação, na sua elaboração e defesa, deverá obedecer às normas contidas no “Manual de Estrutura e Apresentação de Dissertação e Tese” adotado pelo Mestrado.

Parágrafo único. O não cumprimento do que determina o *caput* deste artigo implicará a rejeição do Trabalho pela Coordenação do Mestrado.

Art. 46. A defesa do Trabalho Final será feita publicamente.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, quando devidamente solicitados pelo Orientador e homologado pelo Colegiado, a defesa poderá ocorrer com acesso restrito.

Art. 47. O Trabalho Final será julgado por uma Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Mestrado e composta pelo Orientador principal e, no mínimo, por 02 (dois) membros especialistas na área da Dissertação de Mestrado, sendo 01 (um) externo ao Programa.

§ 1º Os membros de que trata o *caput* deste artigo deverão ser portadores do título de Doutor ou Livre Docente, mas não necessariamente docentes.

§ 2º Será permitida a participação de, no máximo, 01 (um) membro da Banca Examinadora por vídeo conferência.

Art. 48. Os integrantes da Comissão Examinadora deverão receber cópia do Trabalho Final, com antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias da defesa.

Parágrafo único. Após a nomeação da Comissão Examinadora, caberá à Coordenação encaminhar as cópias aos membros da mesma, juntamente com a portaria de designação.

Art. 49. Encerrada a apresentação do Trabalho Final, a Comissão Examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado, atribuindo ao Trabalho Final do candidato um dos seguintes conceitos:

I – aprovado;

II – em exigência;

III – indeterminado;

IV – reprovado.

§ 1º Sendo atribuído o conceito “Aprovado”, o candidato terá até 30 (trinta) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas.

§ 2º Sendo atribuído o conceito “Em exigência”, o candidato terá até 90 (noventa) dias, conforme decisão da Comissão, para providenciar as alterações exigidas, conforme lista estabelecida, constante no relatório da Comissão Examinadora.

§ 3º Quando da atribuição do conceito “Em exigência”, constará na Ata, e em qualquer documento emitido a favor do candidato, que a possibilidade de aprovação está condicionada a avaliação da nova versão do Trabalho Final, segundo procedimento prescrito no Regimento Interno do Curso.

§ 4º No caso de ser atribuído o conceito "Em exigência", o Presidente da Comissão, ouvidos os demais membros, ficará responsável por atestar que as correções solicitadas na lista de exigência foram atendidas na versão final do trabalho.

§ 5º No caso de ser atribuído o conceito "Indeterminado", a Comissão Examinadora apresentará relatório à Coordenação, expressando os motivos da sua atribuição.

§ 6º A atribuição do conceito "Indeterminado" implicará o estabelecimento do prazo mínimo de 90 (noventa) dias e máximo de 180 (cento e oitenta) dias para reelaboração, nova apresentação e defesa do Trabalho Final de Mestrado, para o qual não se admitirá mais a atribuição do conceito "Indeterminado".

§ 7º Quando da nova apresentação do Trabalho Final, a comissão examinadora será ser, preferencialmente, a mesma.

§ 8º Decorridos os prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, caso não seja depositada a nova versão com as alterações exigidas pela Comissão Examinadora, o candidato será considerado reprovado.

Art. 50. A homologação do relatório de apresentação do Trabalho Final somente será efetivada depois da realização das eventuais correções no trabalho, as quais venham a ser sugeridas pela Comissão Examinadora, e a apresentação de uma cópia impressa e uma cópia eletrônica do Trabalho Final, dentro das normas do Programa e da Universidade, além de formulário preenchido do Banco de Teses da PRPG, salvo recomendações expressas da Comissão, ouvido o Colegiado.

Parágrafo único. No ato da homologação deverá ser apresentada uma certidão negativa de débito com a biblioteca da UFCG.

Seção VIII

Da Obtenção do Grau e Expedição do Diploma

Art. 51. Para a obtenção do grau de Mestre em Administração, deverá o aluno, dentro do prazo regimental, ter satisfeito às exigências do Regimento Geral da UFCG, do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFCG, bem como deste Regulamento.

§ 1º A obtenção do grau a que se refere o *caput* deste artigo pressupõe a homologação, pelo Colegiado do Mestrado, do resultado final da defesa, consignada em Ata, e do relatório final elaborado pelo Orientador.

§ 2º Do relatório final do Orientador, em formulário padrão da PRPG, deverão constar, anexos, fotocópia da Ata da respectiva sessão pública de defesa e Histórico Escolar do aluno.

Art. 52. A expedição do Diploma de Mestre em Administração será feita pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, satisfeitas as exigências do artigo anterior.

Parágrafo único. Verificada a entrega à Secretaria dos exemplares da Dissertação ou Tese, na versão final, caberá à Coordenação do Mestrado encaminhar à Coordenação Geral de Pós-Graduação da PRPG, no prazo máximo de 03 (três) meses, a contar da data de homologação, pelo Colegiado, do relatório final do Orientador, o processo devidamente

protocolado, autorizando a expedição do Diploma de que trata o *caput* deste artigo, instruído dos seguintes documentos:

I – memorando do Coordenador do Mestrado ao Coordenador Geral de Pós-Graduação da PRPG;

II – relatório final do Orientador;

III – certidão de homologação pelo Colegiado do relatório final do Orientador;

IV – Histórico Escolar do aluno;

V – fotocópia legível do Diploma de Graduação;

VI – comprovante de quitação com o Sistema de Bibliotecas da UFCG;

VII – fotocópias da carteira de identidade e do CPF;

VIII – certidão expedida pela Secretaria do Mestrado, referente à entrega dos exemplares, na sua redação final, acompanhados de versão eletrônica no formato PDF;

IX – certidão de recebimento, pelo Sistema de Bibliotecas da UFCG, de 02 (dois) exemplares da Dissertação, na sua versão definitiva.

Art. 53. O registro do Diploma de Mestre em Administração será processado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, por delegação e competência do Ministério da Educação e Cultura, na forma da Legislação específica.

TITULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. Para melhor operacionalizar a execução do planejamento acadêmico do Mestrado em Administração, de acordo com os termos deste Regulamento e das normas vigentes na UFCG, a Coordenação, antes de cada período letivo a ser executado, deverá elaborar e dar ampla divulgação a um calendário escolar, contendo os prazos e os períodos definidos para a matrícula prévia, matrícula em disciplinas, ajustamento de matrícula, trancamento de matrícula em disciplinas, interrupção de estudos, exames de suficiência em língua estrangeira ou disciplinas e demais atividades acadêmicas.

Art. 55. Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Câmara Superior de Pós-Graduação, mediante consulta do Colegiado do Programa, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 56. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Revoguem-se as disposições em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CAMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
(ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 08/2017)

**ESTRUTURA ACADÊMICA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE ACADÊMICA**

I – DISCIPLINAS DA ESTRUTURA ACADÊMICA

A – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

| Nº | Identificação da Disciplina | Nº de Créditos | Carga Horária | Unidade Responsável |
|----|--------------------------------|----------------|---------------|---------------------|
| 01 | Teoria das Organizações | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 02 | Administração e Sociedade | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 03 | Métodos e Técnicas de Pesquisa | 04 | 60 | UAAC/CH |

B – DISCIPLINAS ELETIVAS

| Nº | Identificação da Disciplina (comum às duas linhas) | Nº de Créditos | Carga Horária | Unidade Responsável |
|----|--|----------------|---------------|---------------------|
| 01 | Métodos Quantitativos de Pesquisa em Administração | 02 | 30 | UAEP/CCT |
| 02 | Métodos Qualitativos de Pesquisa em Administração | 02 | 30 | UAAC/CH |
| 03 | Estatística | 04 | 60 | UAE/CCT |
| Nº | Identificação da Disciplina (Linha 1) | Nº de Créditos | Carga Horária | Unidade Responsável |
| 04 | Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade | 04 | 60 | UACC/CCJS |
| 05 | Instituições, Organizações Econômicas e Estratégias | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 06 | Inovação e Sustentabilidade | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 07 | Estratégias Empresariais e Sustentabilidade | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 08 | Governança Corporativa e Responsabilidade Social e Ambiental | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 09 | Avaliação Econômica e Social de Projetos Ambientais e Sociais | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 10 | Tópicos Especiais em Organização, Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Sustentabilidade (*) | 02 | 30 | |

| Nº | Identificação da Disciplina (Linha 2) | Nº de Créditos | Carga Horária | Unidade Responsável |
|-----------|--|---------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| 11 | Políticas Públicas: ciclo e modelos de análises | 04 | 60 | UACS/CH |
| 12 | Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade: atores e práticas | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 13 | Modelos e Ferramentas de Gestão Social e Ambiental | 04 | 60 | UACC/CCJS |
| 14 | Inovação e Tecnologia Social | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 15 | Conflitos Sociais e Ambientais | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 16 | Gestão Social e Organizações do Terceiro Setor | 04 | 60 | UAAC/CH |
| 17 | Tópicos Especiais em Educação, Cidadania e Políticas de Gestão Social e Ambiental | 02 | 30 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CAMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
(ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº 08/2017)

**EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO NA MODALIDADE ACADÊMICA**

**II – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM A
ESTRUTURA CURRICULAR DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DISCIPLINA: Teoria das Organizações

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Organização e Estudos Organizacionais, Ciência, discurso, metáfora, paradigmas e genealogias em estudos organizacionais, Teoria Institucional, Teoria Críticas e Abordagens Pós-Modernas em Estudos Organizacionais, Ecologia das Organizações, Cultura e Organizações, Formas de Poder nas Organizações, Economia das Organizações, Estratégia e Organizações, Tecnologia, Inovação e Organizações.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, O. Pós-globalização, Administração e Racionalidade Econômica: A síndrome do Avestruz. São Paulo: Atlas, 2004. p. 143-174.

ASTLEY, W. G., Van de Ven, A. H. Debates e Perspectivas Centrais na Teoria das Organizações. In: RAE, v. 45, n. 2, São Paulo, p. 52-73.

DONALDSON, Lex. Position statement for positivism. In: WESTWOOD, Robert; CLEGG, Stewart. *Debating Organization: point-counterpoint in Organization Studies*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 116-127.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1999, p. 27-57.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R.: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. In: *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1999, p. 61-90.

FARINA, E. M. Q., AZEVEDO, P. F., SAES, M. S. M. Competitividade, Mercado, Estado e Organizações. São Paulo: Editora Singular. 1997. p. 19-70.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1999, p. 196-219.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In: *Handbook* de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1999, p. 227-265.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. Ecologia Organizacional In: *Handbook* de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1999, p. 137-195.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. Jogos de Guerra da Cultura Organizacional: A Luta pelo Domínio Intelectual. In: *Handbook* de Estudos Organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, Volume 2, 2001, p. 219-251.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. *Handbook* de Estudos Organizacionais: ação e análises organizacionais. São Paulo: Atlas, Volume 3, 2004, p. 131-179.

CLEGG, S. R, HARDY, C., NORD, W. R. Desconstrução Criativa: Estratégia e Organizações. In: *Handbook* de Estudos Organizacionais: ação e análises organizacionais. São Paulo: Atlas, Volume 3, 2004, p. 229-250.

MORGAN, G. A Natureza em Cena: as organizações vistas como organismos . In: *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 43-79.

MORGAN, G. A Criação da Realidade Social: As Organizações Vistas como Culturas. In: *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 115-138.

OSTROM, Elinor. *Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems*. 2009. Disponível em:

<http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/ostrom-lecture.html>.

SPINK, Peter; ALVES, Mário A. O campo turbulento da produção acadêmica e a importância da rebeldia competente; ALCADIPANI, Rafael. Academia e a fábrica de sardinhas. Ambos em *Organização & Sociedade*, v.18, n. 57, 2011. Disponíveis em: http://www.revistaoes.ufba.br/viewissue.php?id=77#Id%C3%A9ias_em_Debate_/Ideas_in_Debate.

WOOTEN, Melissa; HOFFMAN, Andrew J. Organizational Fields: Past, Present and Future. In: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kertin; SUDDABY, Roy (Orgs.) *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. Sage: London, 2008. p. 130-148.

DISCIPLINA: Administração e Sociedade

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Panorama da Evolução das discussões sobre as relações entre Administração e Sociedade. Correntes teóricas sociológicas e econômicas. Nova Sociologia Econômica: Teoria Institucional, Campos Organizacionais, Imersão e Habilidade Social e Redes. Economia Ambiental, Economia Ecológica, Economia Verde. Parcerias Tri-setoriais. Gestão Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.16, n. 2, São Paulo, 2004.

- ABRAMOVAY, R. Responsabilidade socioambiental: as empresas no meio ambiente, o meio ambiente nas empresas. In: VEIGA, José Eli (org.) Economia Socioambiental. São Paulo: Editora SENAC, 2009. p. 337-356.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- BOURDIEU, P. As estruturas sociais da economia. In: Política e sociedade – Revista de Sociologia Política – Nº 6, Cidade Futura/UFSC, 2005.
- BRONZO, CARLA; TEODÓSIO, ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA; ROCHA, M. C. G. . Tri-sector partnerships in social entrepreneurship: discourse and practice of the actors from the circles of action and reflection. Revista de Administração (FEA-USP), v. 47, p. 446-460, 2012.
- CALNITSKY, David. Economic sociology as disequilibrium economics: a contribution to the critique of the new economic sociology. The Sociological Review, v. 62, n. 3, p. 565-592, 2014.
- CECHIN, Andrei e PACINI, Henrique. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. Estudos avançados. 2012, vol.26, n.74, pp. 121-136.
- DALY, H.E & FARLEY, J. Economia Ecológica: princípios e aplicações. Instituto Piaget. Lisboa, 2004 530 p.
- DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. In: MARTES, A.C.B. Redes e Sociologia Econômica. São Carlos: EDUFSCAR, 2009 p. 69-106.
- GENDRON, Corinne. Beyond environmental and ecological economics: Proposal for an economic sociology of the environment. Ecological Economics, v. 105, p. 240-253, 2014.
- GRANOVETER, M. Ação social e estrutura social: o problema da imersão. RAE eletrônica, v. 6, n. 1 art. 9 jan-jun 2007.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. American journal of sociology, p. 1360-1380, 1973.
- GRANOVETTER, Mark. The impact of social structure on economic outcomes. The Journal of Economic Perspectives, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.
- GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HOFFMAN, Andrew J. Integrating environmental and social issues into corporate practice. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, v. 42, n. 5, p. 22-33, 2000.
- HOFFMAN, Andrew J. From heresy to dogma: An institutional history of corporate environmentalism. Stanford University Press, 2001.
- LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 47, n. 2, p.49-60, abr/jun, 2007.

LÉVESQUE, Benoît. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; ROSSONI, Luciano. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação (1). *Revista de Administração Contemporânea*, p. 159, 2006.

PAES-PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *Revista de Administração de Empresas*. V. 45, n. 1. Jan/mar, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democratização participativa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SELSKY, John W; PARKER, Barbara. Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. *Journal of Management*, 2005.

TENÓRIO, F. (Re) visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, v. 5, p. 101–124, 2005.

TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

ZAFIROVSKI, Milan. Toward Economic Sociology/Socio-Economics? Sociological Components in Contemporary Economics and Implications for Sociology. *The American Sociologist*, v. 47, n. 1, p. 56-80, 2016.

DISCIPLINA: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: O processo de investigação científica: a noção de sujeito e objeto nos estudos organizacionais. O processo da pesquisa no mestrado em Administração: finalidades, estrutura e características do projeto e da dissertação. Definição do tema, delimitação do problema, hipóteses e objetivos da pesquisa. Estratégias, métodos e técnicas para implementação da pesquisa. Qualidade redacional, linguagem e estilo na comunicação da pesquisa. Estrutura, forma e normalização de trabalhos acadêmico-científicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.P.. Metodologia científica. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

AZEVEDO, I.B.. O prazer da produção científica. São Paulo: Hagnos, 2012.

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S.. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo; Pearson Prentice Hall, 2007.

CERVO, A.; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson, 2007.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 10. ed., 2011.

CORVO, A.; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. Metodologia científica. São Paulo: Pearson, 2007.

- CRESWELL, J. Projeto de Pesquisa – Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2009.
- DIEHL, A.A.; TATIM, D.C.. Pesquisa em Ciências Sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- FERREIRA, G. Redação científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2011.
- GONÇALVES, C.; MEIRELLES, A. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2004.
- GUERRA, I. Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Lisboa: Principia, 2010.
- GUERRA, Lemuel. A relação entre teoria e pesquisa nas ciências sociais. In.: Revista Raízes, V.32, n.1, Jan/Jun, 2012, pp.9-26.
- HAIR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- KOZINETS, Robert V.. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.
- MALHOTRA, N. Pesquisa de Marketing – Uma Orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- MARTINS, G. Estudo de Caso – Uma Estratégia de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, G.; TEOFILO, C. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009.
- MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOREIRA, D. A.O Método Fenomenológico na Pesquisa. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
- RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2009.
- ROSÁRIO, C.; GRANJO, P.; CAHEN, M..O que é investigar? Lisboa: Escolar Editora, 2013.
- ROSENTHAL, Gabriele. Pesquisa social interpretativa: uma introdução. Porto Alegre: EdPUCRS, 2014.
- SAMPIERE, R.H.; CALLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B.. Metodologia da pesquisa. Porto Alegre: McGrawHill/Penso: 2013.
- SANTAELLA, L.O que é semiótica? São Paulo: Brasiliense, 17. ed. 2001.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SILVA, J.M.; SILVEIRA, E.S.. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

UNDERHILL, P. Vamos às Compras: a ciência do consumo. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

VERGARA, S. C. Projetos e relatório de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2005.

VERGARA, S. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, M. M.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

YIN, R. Estudo de caso – Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DISCIPLINA: Métodos Quantitativos de Pesquisa em Administração

Créditos: 02 (dois)

Carga horária: 30 (trinta)

Ementa: Uma visão geral da análise multivariada de dados; Preparação para o uso da análise multivariada; Técnicas de análise multivariada; **Técnicas de dependência:** Análise de regressão múltipla; Análise discriminante múltipla e regressão logística; Análise multivariada de variância: MANOVA; **Técnicas de Interdependência:** Análise de agrupamentos, Escalonamento multidimensional. **Técnicas avançadas e emergentes:** modelagem de equações estruturais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, T. W. (2003). *An Introduction to Multivariate Statistical Analysis* (3ª ed.). New Jersey: John Wiley & Sons.

CAMACHO, J., Pérez-Villegas, A., Rodríguez-Gómez, R. A., & Jiménez-Mañas, E. (2015). Multivariate Exploratory Data Analysis (MEDA) Toolbox for Matlab. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 143, pp. 49–57.

DEMPSTER, A. P. (1971). An overview of multivariate data analysis. *Journal of Multivariate Analysis*, 1(3), pp. 316-346.

HAIR Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis* (7ª ed.). London: Pearson International.

HAIR Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise Multivariada de Dados* (5ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

HAIR, J. F. (2011). Multivariate Data Analysis: An Overview. In M. Lovric, *International Encyclopedia of Statistical Science* (pp. 904-907). Berlin: Springer.

HUBERTY, C. J., & Morris, J. D. (1989). Multivariate analysis versus multiple univariate analyses. *Psychological Bulletin*, 105(2), pp. 302-308.

Mellinger, M. (1987). Multivariate data analysis: Its methods. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 2(1-3), pp. 29-36.

DISCIPLINA: Métodos Qualitativos de Pesquisa em Administração

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: O debate contemporâneo em pesquisa qualitativa. Princípios, conceitos e delineamento da pesquisa qualitativa. Estratégias de pesquisa qualitativa: pesquisa documental, estudo de caso qualitativo, etnografia, história de vida e história oral, pesquisa-ação, *grounded-theory*. Procedimentos para coleta de dados: estudo documental, observação, entrevistas, grupo focal. Interpretação e análise de dados qualitativos. Redação e estilo de relatório na pesquisa qualitativa.

REFERÊNCIAS

- CARRIERI, Alexandre de Pádua (org) et al. Análise do discurso em estudos organizacionais. Curitiba: Juruá, 2009.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2.ed.
- DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). Handbook of Qualitative Research. 2nd Ed. London: Sage Publications, 2000.
- DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre, Bookman e Artmed, 2006.
- GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman/Artmed, 2009.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GOULDING, C. Grounded Theory: some reflectionson paradigm, procedures and misconceptions. Wolverhampton Business School. Management Research Centre. Working Paper Series, WP006/99, June 1999.
- JAIME, P. Pesquisa em Organizações: por uma abordagem etnográfica. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 435-456, 2003.
- JAIME, P.; SERVA, M. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 64- 79, 1995.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MERRIAN, S. Qualitative research and case study applications in education. 2 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: an expanded sourcebook. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- PATTON, M. Q. Qualitative research & evaluation methods.3.ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2005.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre, Bookman e Artmed, 2008.
- VIEIRA; Marcelo Milano Facão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Org.). Pesquisa qualitativa em Administração: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2004b. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”).

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DISCIPLINA: Estatística

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Metodologia e Técnica da pesquisa. A utilização da Estatística. Método Científico. Planejamento e execução de uma pesquisa. Amostragem; principais tipos de delineamento. Elaboração de questionários. Variáveis quantitativas e qualitativas e os níveis de mensuração. Principais fontes de dados sociais, econômicos e demográficos. Estatística Descritiva: Séries estatísticas. Organização e apresentação de variáveis qualitativas: formas tabular e gráfica. Tipos de frequência. Organização e apresentação e variáveis quantitativas: distribuição de frequência. Histograma e polígono de frequência. Medidas de posição, dispersão. Assimetria. Diagrama de Caixas. Análise exploratória de dados. Associação e Correlação: Medidas de associação para variáveis categorizadas: coeficiente de contigência e y de Goodman e Kruskal. Coeficiente de correlação linear de Pearson. Noções de Probabilidade: Experimento aleatório, espaço amostral, eventos. Definição e cálculo elementar de probabilidade. Variável aleatória: definição, tipo e características. Modelos probabilísticos discretos e contínuos: binomial e normal. Noções de Inferência: Estimação de parâmetros: conceito, tipos, intervalos de confiança para média e proporção. Formulação geral de um teste estatístico. Testes para médias e/ou proporção.

REFERÊNCIAS

CERVO, A.; BERVIAN, P.; DA SILVA, R. Metodologia Científica. São Paulo:

STEVENSON, W.J. Estatística Aplicada à Administração. Ed. Harper & Row do Brasil, São Paulo, 1981;

BARBETA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Ed. da UFSC, 1994;

LEVIN, J. Estatística Aplicada às Ciências Humanas. Harbra, 1978;

MORETTIN, P. e BUSSAB, W. Estatística Básica. Ed. Atual, SP, 1981;

TOLEDO, G.L. e OVALLE, I.J. Estatística Básica. Ed. Atlas, SP, 1982;

DISCIPLINA: Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Desenvolvimento Sustentável: evolução conceitual, avanços e práticas; Indicadores de sustentabilidade; Sistemas de indicadores de sustentabilidade: formas de mensuração, análise e monitoramento da sustentabilidade; Proposta metodológica de sistemas de indicadores para atividades econômicas diversas (setores e empresas) e contextos geográficos; Construção participativa de indicadores de sustentabilidade; Sistemas de indicadores e políticas públicas; Desafios e perspectivas na utilização dos indicadores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, 2012.
- ALAMA, M.; DUPRAS, J.; MESSIER, C. A framework towards a composite indicator for urban ecosystem services. *Ecological Indicators*, 60, 2016, 38–44.
- CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo, Editora Cortez, 2002.
- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, 2012.
- COELHO, H., LANGE, L., COELHO, L. Proposal of an environmental performance index to assess solid waste treatment technologies. *Waste Manage.* 32, 2012, 1473–1481
- CURI, D. *Gestão Ambiental*. Pearson Education do Brasil. Denise Curi (Org.) São Paulo: Pearson Printice Hall, 2011.
- BARBIERI, J. C. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 3. ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAVALCANTI, M. *Gestão Social, Estratégias e Parcerias: Redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidade para o Terceiro Setor*. Marly Cavalcanti (Org.). São Paulo: Saraiva, 2008.
- FRAGKOU, M. C., VICENT, T., GABARRELL, X. A general methodology for calculating the MSW management self-sufficiency indicator: application to the wider Barcelona area. *Resour. Conserv. Recyc.* 54, 2010, 390–399.
- GADREY, J.; JANY-CAT RICE, F. *Os novos indicadores de riqueza*. São Paulo: Senac, 2006.
- GUINÉE, J.B., HEIJUNGS, R., HUPPES, G., ZAMAGNI, A., MASONI, P., BUONAMICI, R., EKVALL, T., RYDBERG, T. Life cycle assessment: past, present, and future. *Environ. Sci. Technol.* 45, 2011, 90–96.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil, 2012 (IDS 2012)*. Rio de Janeiro, 2012.
- MORAN, D. et al. Measuring sustainable development – Nation by Nation. *Ecological Economics*, v.64, n.3, p.470-4, 2008.
- NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, 2012.
- PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. *Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental*. Coleção Ambiental (12). Barueri, SP, Manole, 2012.
- PHILIPPI JR, A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Coleção Ambiental (12). Barueri, SP, Manole, 2012.
- ROOSA, S.A. *Sustainable Development Handbook*. The Fairmont Press. Geórgia, 2008.
- QUADDUS, M.A., SIDDIQUE, M.A.B. *Handbook of Sustainable Development Planning: Studies in Modelling and Decision Support*, Second Edition. Edward Elgar Publishing, 2013.
- VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 256p.
- VEIGA, J. E. *Indicadores de Sustentabilidade*. *Estudos Avançados*, vol. 24, n. 68, pp.39-52, 2010.

VEIGA, J. E. Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2010.

DISCIPLINA: Instituições, Organizações Econômicas e Estratégias

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Institucionalismo: instituições e suas múltiplas dimensões; o velho e novo institucionalismo. Organizações e suas diferentes visões/funções no contexto institucional. A nova economia institucional: teoria dos custos de transação e teoria de agência. Teoria evolucionária e visão baseada em recursos. O papel das rotinas, recursos e capacidades na formação das estratégias e na mudança estratégica.

REFERÊNCIAS

COASE, Ronald. La naturaliza de la empresa. In: La naturaliza económica de la empresa. Putterman, Louis (editor). Madrid: Alianza Editorial, pp.99-109, 1994.

DIMAGGIO, Paul. J. & Powell, Walter. W. (Editors). The new institucionalismo in organizational analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DIMAGGIO, Paul. J. & Powell, Walter. W. A gaiola de ferro revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. Revista RAE, vol. 45. Nº 2, pp. 74-89, 2005.

FAMA, Eugene. Problemas de agencia y teoría de la empresa. In: La naturaliza económica de la empresa. Putterman, Louis (editor). Madrid: Alianza Editorial, pp.245-260, 1994.

GARCÍA, Rosa. A. C. & salgado, Patrícia M. Presencia de las instituciones en los enfoques del institucionalismo económico: convergencias y divergencias. CS. Nº. 8, pp. 83-107, julio – diciembre 2011.

HART, Stuart. L. A natural-resource-based view of the firm. Academy Management Review. Vol. 20 Nº 4, pp.986-1014, 1995.

HART, Stuart. L. Dowell, Glen. A natural-resource-based view of the firm: fifteen years after. Journal of Management, Vol. 37 Nº. 5, September, pp.1464-1479, 2011.

JENSEN, Michael. & Meckling, William. Teoría de la empresa: la gerencia, costes de agencia y estructura de la propiedad. In: La naturaliza económica de la empresa. Putterman, Louis (editor). Madrid: Alianza Editorial, pp. 261-286, 1994.

LACERDA, Daniel. P: Teixeira, Rafael; Antunes, Junico & Corcini Neto, Secundino, L. R. (orgs). Estratégia baseada em recursos: 15 artigos clássicos para sustentar vantagens competitivas. Porto Alegre: Bookman, 2014.

NORTH, Douglass. C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NELSON, Richard. R. & Winter, Sidney. G. An evolutionary theory of economic change. Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

PRATS. Joan. O. Revisión crítica de los aportes del institucionalismo a la teoría e la práctica del desarrollo. Revista de Economía Institucional. Vol. 9, Nº 16. pp. 121-148, 2007.

WILLIAMSON, Oliver. Transaction cost economics and organization theory. In Smelser, N. J. & Swedbert, R. (editores). The Handbook of economic sociology. Princeton: Princeton University Press, pp. 77-107, 1994.

DISCIPLINA: Inovação e Sustentabilidade

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Desenvolvimento e Sustentabilidade; Definições da Sustentabilidade (forte e fraca) e o progresso tecnológico; Recursos Naturais e Recursos Artificiais: substitubilidade ou complementação?; Inovações Sustentáveis: definições; Eco-inovações: modelos, dimensões e indicadores; Organizações Inovadoras Sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, M. M. Eco-Innovation Indicators. European Environment Agency, Copenhagen, February 2006. Disponível em: http://www.risoe.dk/rispubl/art/2007_115_report.pdf.

ANDERSEN, M. M. Eco-innovation – towards a taxonomy and a theory. In: DRUID Conference - Entrepreneurship and Innovation – Organizations, Institutions, Systems and Regions, 2008, Copenhagen. Disponível em: <http://www2.druid.dk/conferences/viewpaper.php?id=3150&cf=29>

ARUNDEL A.; KEMP, R. Measuring eco-innovation. UNU-MERIT Working Paper Series, 2009. Disponível em: <http://www.merit.unu.edu/publications/wppdf/2009/wp2009-017.pdf>.

BARBIERI, J. C; SIMANTOB, M. A; (Org.). Organizações Inovadoras Sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBIERI, J. C; VASCONCELOS, I. F. G; ANDREASSI, T; VASCONCELOS, F. C. Inovação e Sustentabilidade: novos modelos e proposições. RAE, São Paulo, v. 50, Nº 2, Abr/ Jun, 2010. (p. 146-154).

BRASIL, M. V. O; ABREU, M. C. S; SILVA FILHO, J, C. L; LEOCADIO, A. L. Relationship between eco-innovations and the impact on business performance: an empirical survey research on the brazilian textile industry. RAUSP: Revista de Administração. V. 51, p. 276-287, 2016.

CAI, W-G; ZHOU, X-L. On the drivers of eco-innovation: empirical evidence from China. Journal of Cleaner Production. Vol. 79, pp. 239–248, 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652614005034>.

CARRILO-HERMOSILA, J.; GONZÁLEZ, P. D. R.; KÖNNÖLÄ, T., DEL RIO, GONZALES, P. Eco-Innovation: when Sustainability and Competitiveness Shake Hands. Plgrave Macmillan. UK. 2009.

CARRILO-HERMOSILLA, J; DEL RIO, P; KÖNNÖLÄ, T. Diversity of eco-innovations: Reflections from selected case studies. Journal of Cleaner Production. V. 18, pp. 1073-1083, 2010.

CECHIN, A. A Natureza como Limite da Economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac/Edusp, 2010.

CURI, D (Org.). Gestão Ambiental. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

EKINS, P. Eco-innovation for environmental sustainability: concepts, progress and policies. *International Economics and Economic Policy*. V. 7, pp. 267–290, 2010. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10368-010-0162-z#enumeration>.

FARIAS, A. S. D.; COSTA, D. S.; FREITAS, L. S.; CÂNDIDO, G. A. Utilização de Eco-Inovação no Processo de Manufatura de Cerâmica Vermelha. *RAI : Revista de Administração e Inovação*, v. 9, p. 154-174, 2012.

HORBACH, J. Empirical determinants of eco-innovation in European countries using the community innovation survey. *Environmental Innovation and Societal Transitions*. v. 19, pp. 1-14, 2016. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210422415300204>.

MAÇANEIRO, M. B; CUNHA, S. K; KUHL, M. R; CUNHA, J. C. A Regulamentação Ambiental Conduzindo Estratégias Ecoinovativas na Indústria de Papel e Celulose. *RAC: Revista de Administração Contemporânea*. v. 19, n. 1, pp. 65-83, Jan./Fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19n1/1982-7849-rac-19-1-0065.pdf>.

KEMP, R.; FOXON, T. J. Typology of Eco-Innovation. In: MEI project: measuring Eco-Innovation. European Commission, ago. 2007. Disponível em: <http://www.merit.unu.edu/MEI/deliverables/MEI%20D2%20Typology%20of%20eco-innovation.pdf>

KÖNNÖLÄ, T.; CARRILLO-HERMOSILLA, J.; GONZALEZ, P. del R. Dashboard of ecoinnovation. In: DIME International Conference – Innovation, sustainability and policy, sep.2008, University Montesquieu Bordeaux IV, France. Disponível em: <http://www.dime-ou.org/files/active/0/KonnolaetalDashboardofEco-innovation.pdf>. Acesso em: Jun. 2012.

RATTNER, H. Uma ponte para a sociedade sustentável. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

RENNINGS, K. Towards a Theory and Policy of Eco-Innovation – Neoclassical and (Co-) Evolutionary Perspectives. Discussion Paper n° 98-24. Mannheim, Centre for European Economic Research (ZEW), 1998. Disponível em: <ftp://ftp.zew.de/pub/zewdocs/dp/dp2498.pdf> Acesso em: 25 de Junho de 2012.

RENNINGS, K. Redefining Innovation – eco-innovation research and the contribution from ecological economics. *Ecological Economics*, V. 32, 2000, p. (319-332).

VILHA, A. M.; QUADROS, R. Gestão da Inovação sob a Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: Lições das Estratégias e Práticas na Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 9, n.3, p. 28-52, jul/set . 2012.

VINHA, V. As Empresas e o Desenvolvimento Sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, P. H; LUSTOSA, M. C; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio Ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VIVIEN, F-D. *Economia e ecologia*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

DISCIPLINA: Estratégias Empresariais e Sustentabilidade

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Teoria do posicionamento. Visão baseada nos recursos e perspectivas evolucionárias. Teoria do custo de transação. Conhecimento e inovação. Formulação, implementação e mudança das estratégias. Teoria dos stakeholders. Estratégia como prática.

Estratégia e sustentabilidade socioambiental. Cultura e efeitos da triple bottom line nas políticas das organizações. Estratégia e comportamento ético das (e nas) organizações.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN-CORREA, J. A.; HURTADO-TORRES, Nuria.; SHARMA, S.; GARCIA-MORALES, V. J. Environmental strategy and performance in small firms: A Resource-Based Perspective”, *Journal of Environmental Management*, vol. 86, 1, pp. 88-103, 2008.

ARAGÓN-CORREA, J.A. SHARMA, S. A contingent resource-based view of proactive corporate environmental strategy. *Academy of Management Review*, vol. 28, 1, pp. 71-88, 2003.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*.Vol.17, p.99-120, 1991.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization stakeholders. *Business Horizons*. New York: Elsevier. 1991.

CARROLL, A. Three Dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, v. 4, p. 497-505, 1979.

GRANT, R. M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. *California Management Review*. Vol.16, p. 519-533, 1991.

FRIEDMAN, M. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

FRIEDMAN, A. L.; MILES, S. *Stakeholders: Theory and Practice*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 19-35.

FREEMAN, R.E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984. p. 85-101.

HART, S. L. A natural-Resource-Based View of the Firm. *The Academy Management Review*, v. 20, n.2, p. 986-1014, 1995.

HART, S. L.; DOWELL, G. A natural-Resource-Based View of the firm: fifteen years after. *Journal of Management*. V.37, n.5, p. 1464-1479, 2011.

KOGUT, B.; The Network as Knowledge. *Journal Strategic Management*, Vol. 21; pp. 405–425, 2000.

MINTZBERG, H.; Patterns in strategy formation. *Management Science*, May, v.l. 24, n. 9; pp. 934

MINTZBERG, H. *Crafting Strategy*. *Harvard Business Review*. Jul- August, 1987

QUINN, J.B.; Strategic change: "Logical Incrementalism". *Sloan Management Review*, v. 20, n. 1; p. 7, 1978.

PETTIGREW, A. M. Context and Action in the Transformation of the Firm. *Journal of Management Studies*, v. 24n.6, November, 1987.

PETERAF, M. A. The cornerstones of competitive advantage: A resource-based view, *Strategic Management Journal*, v.14, n.3, p.179-191, 1993.

PORTER, M. E. Towards a Dynamic Theory of Strategy. *Strategic Management Journal*, v. 12, p. 95-117, 1991

PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. *Harvard Business Review*, v. 73, n. 5, p. 120-134, 1995.

SAVITZ, Andrew W. *A Empresa Sustentável*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WAGNER, M. The role of corporate sustainability performance for economic performance: A firm-level analysis of moderation effects. *Ecological Economics*, 69, 2010, p. 1553-1560.

WHITTINGTON, R.; *Strategy as Practice*. *Long Range Planning*, v. 29, n. 5, p. 731- 735, 1996.

WHITTINGTON, R. *The Work of Strategizing and Organizing: For a Practice Perspective*. *Strategic Organization*, n.1, p. 117- 125, 2003.

WILLIAMSON, O.E. *The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach*. *The American Journal of Sociology*, nov. 1981, v. 87, n.. 3, p. 548 – 577, 1981.

_____. *Transaction Cost Economics and Organization Theory*. Oxford University Press. p. 207, 1995.

DISCIPLINA: Governança Corporativa e Responsabilidade Social e Ambiental

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Governança Corporativa: Contexto histórico, princípios, políticas e práticas. Modelos Teóricos de Governança Social Corporativa. Teoria da Legitimidade. Cidadania Corporativa e Responsabilidade: práticas empresariais responsáveis. Código de Governança Corporativa e as questões econômica, social, ambiental e ética. Contrato social entre corporações e sociedade. Interações entre Governança Corporativa a sociedade e o meio ambiente. Responsabilidade socioambiental e desempenho financeiro nas corporações. Governança Corporativa e os Relatórios socioambientais.

REFERÊNCIAS

BÁSICAS

AGUILERA, R. V., and Jackson, G. (2003). The cross-national diversity of corporate governance: Dimensions and determinants. *Academy of management Review*, 28(3), 447-465.

AGUINIS, H., and Glavas, A. (2012). What we know and don't know about corporate social responsibility a review and research agenda. *Journal of management*, 38(4), 932-968.

BAUGHN, C. C., and McIntosh, J. C. (2007). Corporate social and environmental responsibility in Asian countries and other geographical regions. *Corporate Social Responsibility and Environmental management*, 14(4), 189-205.

BHATTACHARYYA, A. (2016). Corporate Social and Environmental Responsibility in an Emerging Economy: Through the Lens of Legitimacy Theory.

BONAZZI, L., and Islam, S. M. (2007). Agency theory and corporate governance: A study of the effectiveness of board in their monitoring of the CEO. *Journal of Modelling in Management*, 2(1), 7-23.

BOUTEN, L., Everaert, P., Van Liedekerke, L., De Moor, L., and Christiaens, J. (2011, September). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture?. In *Accounting Forum* (Vol. 35, No. 3, pp. 187-204). Elsevier.

- CACIOPPE, R., Forster, N., and Fox, M. (2008). A survey of managers' perceptions of corporate ethics and social responsibility and actions that may affect companies' success. *Journal of business ethics*, 82(3), 681-700.
- CARROLL, A. B., and Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International journal of management reviews*, 12(1), 85-105.
- SCHWARTZ, M. S., and Carroll, A. B. (2003). Corporate social responsibility: A three-domain approach. *Business ethics quarterly*, 13(04), 503-530.
- CHEN, S., and Bouvain, P. (2009). Is corporate responsibility converging? A comparison of corporate responsibility reporting in the USA, UK, Australia, and Germany. *Journal of Business Ethics*, 87, 299-317.
- DAVIS, K. (1975). Five propositions for social responsibility. *Business Horizons*, 18(3), 19-24.
- DEEGAN, C., Rankin, M., and Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 312-343.
- DENTCHEV, N. A. (2004). Corporate social performance as a business strategy. *Journal of Business Ethics*, 55(4), 397-412.
- DITLEV-SIMONSEN, C. D., and Midttun, A. (2011). What motivates managers to pursue corporate responsibility? A survey among key stakeholders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 18(1), 25-38.
- FREEMAN, R. E., and Reed, D. L. (1983). Stockholders and stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California management review*, 25(3), 88-106.
- FREEMAN, R. E. (2001). A stakeholder theory of the modern corporation. *Perspectives in Business Ethics Science*, 3, 144.
- FRIEDMAN, M. (1970). The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. *New York Times Sunday Magazine*, September 13.
- GARRIGA, E., and Melé, D. (2004). Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. *Journal of business ethics*, 53(1), 51-71.
- GODFREY, P. C., Merrill, C. B., and Hansen, J. M. (2009). The relationship between corporate social responsibility and shareholder value: An empirical test of the risk management hypothesis. *Strategic management journal*, 30(4), 425-445.
- HYS, K., and Hawrysz, L. (2012). Corporate social responsibility reporting. *China-USA Business Review*, 11(11).
- JAMALI, D. (2008). A stakeholder approach to corporate social responsibility: A fresh perspective into theory and practice. *Journal of business ethics*, 82(1), 213-231.
- JOSE, A., and Lee, S. M. (2007). Environmental reporting of global corporations: A content analysis based on website disclosures. *Journal of Business Ethics*, 72(4), 307-321.
- KANJI, R., and Agrawal, R. (2016). Models of Corporate Social Responsibility: Comparison, Evolution and Convergence. *IIM Kozhikode Society & Management Review*, 5(2), 141-155.
- KAYMAK, T., and Bektas, E. (2017). Corporate Social Responsibility and Governance: Information Disclosure in Multinational Corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.

MAGNESS, V. (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4), 540-563.

MAY, S. K., Cheney, G., and Roper, J. (Eds.). (2007). *The debate over corporate social responsibility*. Oxford University Press.

MATTEN, D., and Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 33(2), 404-424.

NOLLET, J., Filis, G., and Mitrokostas, E. (2016). Corporate social responsibility and financial performance: A non-linear and disaggregated approach. *Economic Modelling*, 52, 400-407.

O'DONOVAN, G. (2000). *Legitimacy theory as an explanation for corporate environmental disclosures* (Doctoral dissertation, Victoria University of Technology).

PELOZA, J., and Papania, L. (2008). The missing link between corporate social responsibility and financial performance: Stakeholder salience and identification. *Corporate Reputation Review*, 11(2), 169-181.

PRADO-LORENZO, J. M., Gallego-Alvarez, I., and Garcia-Sanchez, I. M. (2009). Stakeholder engagement and corporate social responsibility reporting: the ownership structure effect. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16(2), 94-107.

REYNOLDS, M., and Yuthas, K. (2008). Moral discourse and corporate social responsibility reporting. *Journal of Business Ethics*, 78(1-2), 47-64.

RUGGIE, J. G. (2014). Global governance and "new governance theory": Lessons from business and human rights. *Global Governance*, 20(1), 5-17.

RUHANEN, L., Scott, N., Ritchie, B., and Tkaczynski, A. (2010). Governance: A review and synthesis of the literature. *Tourism Review*, 65(4), 4-16.

SAEIDI, S. P., Sofian, S., Saeidi, P., Saeidi, S. P., and Saeidi, S. A. (2015). How does corporate social responsibility contribute to firm financial performance? The mediating role of competitive advantage, reputation, and customer satisfaction. *Journal of Business Research*, 68(2), 341-350.

SHEEHY, B. (2015). Defining CSR: Problems and solutions. *Journal of Business Ethics*, 131(3), 625-648.

YUSOFF, H., Darus, F., and Rahman, S. A. A. (2015). Do corporate governance mechanisms influence environmental reporting practices? Evidence from an emerging country. *International Journal of Business Governance and Ethics*, 10(1), 76-96.

VALOR, C. (2005). Corporate social responsibility and corporate citizenship: Towards corporate accountability. *Business and society review*, 110(2), 191-212.

WILMSHURST, T. D., and Frost, G. R. (2000). Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(1), 10-26.

COMPLEMENTARES

RAHIM, Mia Mahmudur. (2013). *Legal Regulation of Corporate Social Responsibility A Meta-Regulation Approach of Law for Raising CSR in a Weak Economy*. Springer-Verlag Berlin Heidelberg.

RAHIM, M. M. (2014). The impact of corporate social responsibility on corporate governance: The rise of standardization of CSR principles. In *Corporate social responsibility in the global business world* (pp. 93-113). Springer Berlin Heidelberg.

ISLAM, M. A. (2017). CSR Reporting and Legitimacy Theory: Some Thoughts on Future Research Agenda. In *The Dynamics of Corporate Social Responsibility* (pp. 323-339). Springer International Publishing.

DISCIPLINA: Avaliação Econômica e Social de Projetos

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Conceitos, características e linguagem dos projetos. Oportunidades de projetos sociais e ambientais. Captação e alocação de recursos. Elementos para elaboração de projetos sociais e ambientais. Ciclo de vida de projetos. Indicadores de seleção e avaliação de projetos. Tipos de avaliação. Metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação socioeconômica de projetos. Gestão de risco e externalidades em projetos sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ARREGUI, I; VÁZQUEZ, C. Evaluation of the Optimal Utility of Some Investment Projects with irreversible Environmental Effects. *Pure and Applied Geophysics*, 2015, Vol.172(1), pp.149-165.

ATKINSON, G; MOURATO, S. Cost-Benefit Analysis and the Environment. OECD Environment Working Papers, Nº. 97, OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5jrp6w76tstg-en>. Acesso em Setembro de 2016.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm

BUMBESCU, S. S.; VOICULESCU, A. Cost Benefit Analysis And Its Role In Investment projects In Agriculture. *Hyperion Economic Journal*, December 2014, Vol.2(4), pp.44-53.

CAMARGO, M. R. Gerenciamento de Projetos: fundamentos e prática integrada. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2014.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CONTADOR, C. R. Projetos Sociais: Benefícios e custos sociais, valor dos Recursos Naturais, Impacto Ambiental, Externalidades. 5 ed. Editora Atlas, 2014.

COOK, D; DAVÍÐSDÓTTIR, B.; KRISTÓFERSSON, D. M. Energy projects in Iceland—Advancing the case for the use of economic valuation techniques to evaluate environmental impacts. *Energy Policy*, July 2016, Vol.94, pp.104-113.

ENSHASSI, A.; KOCHENDOERFER, B; RIZQ, E. An evaluation of environmental impacts of construction projects. *Revista ingeniería de construcción*, 2014, Vol. 29(3), pp.234-254.

EUROPEAN COMMISSION. Project Cycle Management Guidelines – Aid Delivery Methods, 2004.

FLORIANO, E.P. Planejamento Ambiental. Caderno Didático. n. 6, 1 ed. Santa Rosa, 2004.

HARDER, M. K.; VELASCO, I.; BURFORD, G.; PODGER, D.; JANOUŠKOVÁ, S.; PIGGOT, G.; HOOVER, E. Reconceptualizing “effectiveness” in environmental projects: Can we measure values-related achievements? *Journal of Environmental Management*, 15 June 2014, Vol.139, pp.120-134.

KRUOPIENA, J. Life Cycle Assessment in environmental impact assessments of industrial projects: towards the improvement. *Journal of Cleaner Production*, Nov 1, 2015, Vol.106, p. 533(8)

LIZIŃSKI, T.; WRÓBLEWSKA, A.; RAUBA, K. Application of CVM method in the evaluation of flood control and water and sewage management projects. *Journal of Water and Land Development*, March 2015, Vol. 24(1), pp.41-49.

MORIMOTO, R. Incorporating socio-environmental considerations into project assessment models using multi-criteria analysis: A case study of Sri Lankan hydropower projects. *Energy Policy*, August 2013, Vol.59, pp.643-653.

NGACHO, C; DAS, D. A performance evaluation framework of development projects: An empirical study of Constituency Development Fund (CDF) construction projects in Kenya. *International Journal of Project Management*, April 2014, Vol.32(3), pp.492-507.

PAOLI, C.; GASTAUDO, I. ; VASSALLO, P . The environmental cost to restore beach ecoservices. *Ecological Engineering*, March, 2013, Vol.52, p.182(9).

PARKES, O.; LETTIERI, P.; BOGLE, I. D. L. Defining a quantitative framework for evaluation and optimisation of the environmental impacts of mega-event projects. *Journal of Environmental Management*, February 2016, Vol.167, pp.236-245.

PICIU, G. C.; MANOLESCU, G.; BĂLĂȘESCU, F.R.; CHIȚIGA, G.; DRĂGOI, C.; PREDESCU; BORZA, I, B. M.; PICIU, I. A. Evaluation of the Risk of Financing Projects of Environmental Protection. *Drăgoi Financial Studies*, March 2012, Vol.16(1), pp.132-143.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo, Editora Oficina de Textos, 2015.

SANTOS, M. A questão do Meio Ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *Interfacehs*, v.1, n.1, Trad 1, ago 2006. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=1&cod_artigo=12. Acesso em julho de 2015.

SANTOS, R. F. D. Planejamento Ambiental: teoria e prática. Editora Oficina de Textos. São Paulo, 2007.

DISCIPLINA: Política Públicas: ciclos e modelos de análises

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

Ementa: Ciclos das políticas públicas; Modelos de análises de formação de agenda; Processos decisórios, **Policy Makers** e **Veto-players**; Instituições e atores no contexto das políticas públicas; modelos de análises de políticas públicas: positivismo e pós-positivismo; o uso de indicadores na análise e avaliação de impacto das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, M. “Good government means different things in different countries”. *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions*, vol. 23, nº 1, p. 7-35, 2010.

DUNLEAVY, Patrick. *Democracy, bureaucracy and public choice: Economic approaches in political science*. Routledge, 2014.

DUNN, William N. *Public policy analysis*. Routledge, 2015.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. *NAU Social*, v. 7, n. 12, 2016.

FREY, Klaus. (2000), “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21: 211-259. <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LASSWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LOWI, T. “Four systems of policy, politics, and choice”. *Public Administration Review*, 32: 298-310, 1972.

PERCIVAL, Robert V. et al. *Environmental regulation: Law, science, and policy*. Wolters Kluwer Law & Business, 2013.

PERRY, James L.; CHRISTENSEN, Robert K. *Handbook of public administration*. John Wiley & Sons, 2015.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3a. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

KHANDER, Shahidur R.; KOOLWAL, Gayatri B.; SAMAD, Hussain A. *Handbook on Impact Evaluation. Quantitative Methods and Practices*. Washington, DC. The World Bank (The International Bank for Reconstruction and Development), 2010.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher (Ed.). *Theories of the policy process*. Westview Press, 2014.

WEIMER, David L.; VINING, Aidan R. *Policy analysis: Concepts and practice*. Routledge, 2015.

DISCIPLINA: Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade: atores e práticas

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Mediador ambiental; dimensões desenvolvimento sustentável; ênfase nos aspectos qualitativos; superação dos déficits sociais; práticas educativas; participação ativa dos atores sociais; ruptura com o atual padrão de desenvolvimento; relação meio ambiente, educação e cidadania; políticas ambientais e programas educativos relacionados à conscientização/sensibilização da crise ambiental; consolidação do sujeito como cidadão; educação ambiental convergente e multirreferencial; novos paradigmas educativos;

REFERÊNCIAS:

- BARBIERI, Jose Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARBIERI, Jose Carlos; SILVA, Dirceu. Educação Ambiental na Formação do Administrador. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BARCELOS, Valdo. Educação Ambiental – sobre princípios, metodologia e atitudes. Vozes, 2008.
- BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.
- BENN, S.; MARTIN, A. Learning and change for sustainability reconsidered: a role for boundary objects. *Academy of Management Learning & Education*, v. 9, n. 3, p. 397-412, 2010.
- BLOWERS, A. Environmental policy: Ecological modernization or the risk society. *Urban Studies*, vol. 34, nº 5-6, 845-871, UK, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.
- CARVALHO, I. A invenção ecológica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- CUNNINGHAM, William; CUNNINGHAM, Mary. Principles of Environmental Science – Inquiry and Application. McGraw-Hill Education, 2016.
- CUNNINGHAM, William; CUNNINGHAM, Mary. Environmental Science – A global concern. McGraw-Hill Education, 2014.
- DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental – princípios e práticas. Editora Global, 9ª ed., 2010.
- DRYSEK, J. S. The politics of the earth: environmental discourses. Oxford, UK: Oxford University Press, 1997.
- JACOBI, P. Cidade e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- JACOBI, P. et al. (orgs.) Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.
- LAYRARGUES, Philippe P. (org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. MMA, 2004.
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOUV, Richard. The natural principle: Reconnecting with life in a virtual age. Alonquin books; Reprint edition, 2012.
- MEDINA, N. Os desafios da formação de formadores para a educação ambiental. In: PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. (Ed.) Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. São Paulo: Signus, 2000.
- MOL, A. P. J. & SPAARGAREN, G. Ecological modernization theory in debate: a review. Paper presented at the 14th Congress of Sociology, Montréal, July, ISA, Canada, 1998.

MORAES, Edmundo Carlos – “A construção do conhecimento integrado diante do desafio ambiental: uma estratégia educacional”. IN: Tendências da Educação

POJMAN, Louis; POJMAN, Paul; MCSHANE, Katie. Environmental ethics: readings in theory and application. Cengage Learning, 2016.

REIGOTA, A. Educação ambiental fragmentos de sua história no Brasil. In: Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1998.

RODRIGUEZ, José Manuel & SILVA, Edson. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – Problemáticas, Tendências e Desafios. UFC, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação Ambiental – Abordagens Múltiplas. Artmed, 2002.

SAYLAN, Charles; Blumstein, Daniel. The failure of environmental education. University of California Press, 2011.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: 1998.

SEABRA, Giovanni. Educação Ambiental. UFPB, 2009.

STERLING, S. Sustainable education: re-visioning learning and change. Bristol, UK: Green Books, 2001.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.) Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

WILLIAMS, Linda. 5 steps to a 5: AP environmental science 2017. McGraw-Hill Education, 2016.

DISCIPLINA: Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental e Social

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Gestão social: conceitos; fundamentos teóricos; reflexões; Ferramentas de gestão social; Tendências em gestão social. Gestão ambiental: Origem e evolução; Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: sistemas de gestão ambiental; produção mais limpa; ecodesign; auditoria ambiental; rotulagem ambiental; marketing ambiental; avaliação do ciclo de vida; avaliação do impacto ambiental; desempenho ambiental Tendências em Gestão Ambiental.

REFERÊNCIAS

BANSAL, P. & HOFFMAN, J. A. The oxford handbook of business and the natural environment, Oxford University Press, 2012. Parte superior do formulário.

BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BECKER, H.A; & VANCLAY, F. The international handbook of social impact assessment: conceptual and methodological advances: (Eds). Edward Elgar Publishing, Cheltenham, UK, 2003.

CANSADO, C. A.; TENÓRIO, F. G.; SILVA, T. J. (orgs) *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí: Editora Unijui, 2012.

CHABOWSKI, B.R., MENA, J., & GONZALEZ – PADRON, T. L. (2011). The structure of sustainability research in marketing, 1958-2008: a basis for future research opportunities. *Academy of Marketing Science*, 39 (1), 55-70.

MANZINI, Elzio; VEZZOLI, Carlo. *O Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, F. L.; LEMOS, A.D.C. & MELLO, M.C.A. *Gestão Socioambiental Estratégica*. Porto Alegre: Editora Artemed, 2008.

OTTMAN, Jacquelyn A. *As Novas Regras do Marketing Verde: estratégias, ferramentas e inspiração para o branding sustentável*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

PRIETO, S.V.; ALFARO J. A.; MEJÍA. V. A.; & ORMAZABAL, M. Eco-labels as a multidimensional research topic: trends and opportunities. *Journal of Cleaner Production*, November 2016, Vol.135, pp.806-818.

PATTI, Rino J. *The Handbook of Social Welfare Management*, Sage Publications, INC, London, 2000.

ROSSI, M.; Germani, M.; Zamagni, A. Review of ecodesign methods and tools. Barriers and strategies for an effective implementation in industrial companies. *Journal of Cleaner Production*, 15 August 2016, Vol.129, pp.361-373.

VIEIRA, D. R.; Calmon, J. L.; & Coelho, F. Z. Life cycle assessment (LCA) applied to the manufacturing of common and ecological concrete: A review. *Construction and Building Materials*, October 2016, Vol.124, pp.656-666.

VILELA JÚNIOR, Alcir & Demajorovic, Jacques. (Org.) *Modelos e ferramentas de gestão ambiental. Desafios e perspectivas para as organizações*. São Paulo, Editora Senac, 2013.

TENÓRIO, F. G. (Coord.) *Gestão social: método, casos e práticas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ZARPELON, M. I. *Gestão e Responsabilidade Social: NBR 16.001/AS 8.000: implantação e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

DISCIPLINA: Inovação e Tecnologia Social

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Inovação e Sociedade. Inovação Social como fator de transformação social. Entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. O Processo da Inovação Social. Arranjos Institucionais da Inovação Social. Dimensões da Inovação Social. Tecnologia Social. Tecnologia e Inclusão Social. Inovação Social e Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. Lisboa: Finis terra, XLI, 81, p.121-141, 2006.

- AVELINO, F., et al. Game-changers and transformative social innovation: the case of the economic crisis and the new economy [Working Paper], TRANSformative Social Innovation Theory (TRANSIT), Brussels: European Commission, 2014.
- BEPA. Empowering people, driving change – social innovation in the European Union. Publications Office of the European Union. Luxemburgo, 2011.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, vol.47, N.1, p.3-14, jan/abr, 2011.
- CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. Technological Forecasting and Social Change, 2012.
- CAULIER-GRICE, J., et al. Defining Social Innovation. A deliverable 1.1 of the project: ‘The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe’ (Tepsie), European Commission — Brussels: European Commission, 2012.
- CLOUTIER, J. Qu’est-ce que l’innovation sociale? Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.
- CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010. Quebec, 2010.
- DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade (p.249-264). Campinas-SP: Komedi, 2010.
- DAWSON, P. & DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. International Journal of Technology Management, 51(1), 9-21, 2010.
- FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). Inovações sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).
- HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. Dortmund, May, 2010.
- KLEIN, J.; TREMBLAY, D.; BUSSIÈRES, D. R. Social economy-based local initiatives and social innovation: a Montreal case study. International Journal of Technology Management, v. 51, n. 1, p. 121-138, 2010.
- LÉVESQUE, B.; FONTAN, J.; KLEIN, J. L’innovation Sociale: Les marches d’une constructions théorique et pratique. Collection Innovation Sociale. Presses de l’Université du Quebec, 2014.
- MACLEAN, M., HARVEY, C. & GORDON, J. Social innovation, social entrepreneurship and the practice of contemporary entrepreneurial philanthropy. International Small Business Journal, 31(7), 747-763. 2013.
- MINKS, M. L. Social innovation: New solutions to social problems. 2011.
- MOULEART, F., et al. The International Handbook on Social Innovation: Collective action, Social Learning and Transdisciplinary Research. Edward Elgar Publishing Limited, 2013.
- MULGAN, G.; TUCKER, S.; RUSHANARA, A.; SANDERS, B. Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: Basingstoke Press, 2007.
- MURRAY, R., et al. The open book of social innovation, Social Innovator Series. London: NESTA, 2010.
- POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? Working Paper 08-09. Department of Economics. University of Wollongong, 2008.

ROLLIN, J.; VINCENT, V. Le processus d'innovation sociale. In.: Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec (p.15-25). Québec: Université du Québec, 2007.

SCHUBERT, C. Social Innovations. Highly reflexive and multi-referential phenomena of today's innovation society?. TUTS-Working Paper-2-2014. Berlin, 2014.

SHARRA, R.; NYSENS, M. Social Innovation: An Interdisciplinary and Critical Review of the Concept. Louvain, Belgium: Université Catholique de Louvain, 2010.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

VALADÃO, J. A. D.; ANDRADE, J. A.; CORDEIRO NETO, J. R. Abordagens sociotécnicas e os estudos em Tecnologia Social. Revista Pretexto, v. 15, n. 1, p. 44-61, 2014.

DISCIPLINA: Conflitos Sociais e Ambientais

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Conflitos: conceitos; atores envolvidos; categorização de conflitos; conflitos sociais e ambientais. Desenvolvimento e Conflitos Sociais e Ambientais; Políticas Públicas e Conflitos Sociais e Ambientais; O papel e influências das corporações na geração dos conflitos sociais e ambientais; Resolução de Conflitos: negociação; instrumentos para resolução de conflitos; aplicações do GMCR (*Graph Model for Conflict Resolution*). Resolução de Conflitos Sociais e Ambientais.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, A. T.; MORAIS, D. C.; COSTA, A. P. C. S.; ALENCAR, L. H. & DAHER, S. F. D. *Decisão em grupo e negociação – métodos e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2012.

FANG, L.; HIPEL, KW.; KILGOUR, D.M. The Graph Model Approach to Environmental Conflict Resolution. *J. of Environmental Management*, 27: 195-212, 1988.

GETIRANA, A. C. V.; AZEVEDO, J. P. S.; MAGALHÃES, P. C. Conflitos Pelo Uso da Água no Setor Agrícola no Norte Fluminense (II): Processo Decisório Através do Modelo Grafo para Solução de Conflitos. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 12 (2): 39-50, 2007.

HIPEL, K. W; KILGOUR, D. M.; FANG, L.; PENG, X. The Decision Support System GMCR in Environmental Conflict Management. *Applied Mathematics and Computation*, 83:117-152, 1997.

HIPEL, K. W. *Conflict Resolution, Volume 1*, EOLSS Publishers, Oxford, United Kingdom (ISBN-978-1-84826-120-4 (Adobe e-Book), ISBN-978-1-84826-570-7 Library Edition (Hard Cover)), 2009.

HIPEL, K. W.; WALKER, S.B. Conflict Analysis in Environmental Management. *Environmetrics*, 22: 279-293, 2011.

OBEIDI, A., HIPEL, K. W., KILGOUR, D. M. Canadian bulk water exports: analyzing the sun belt conflict using the graph model for conflict resolution. *Knowledge, Technology & Policy*, 14 (4): 145-163, 2002.

PIGNATELI, M. Os conflitos étnicos e interculturais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010.

RAIFFA, H. *The art and science of negotiation. How to resolve conflicts and get the best out of bargaining*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

STEPANOVA, O.; BRUCKMEIER, K. The relevance of environmental conflict research for coastal management. A review of concepts, approaches and methods with a focus on Europe. *Ocean & Coastal Management*, 75: 20–32, 2013.

Zhour, A., Laschefski, K. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

DISCIPLINA: Gestão Social e Organizações do Terceiro Setor

Créditos: 04 (quatro)

Carga horária: 60 (sessenta)

EMENTA: Conceitos fundamentais e panorama atual do terceiro setor; Desafios da gestão de ONGs para o século XXI; Direito para organizações da sociedade civil de caráter público Importância da contabilidade e finanças na transparência das organizações do terceiro setor; Gestão estratégica: do planejamento à avaliação dos resultados Planejamento de comunicação em organizações do terceiro setor: conceitos e práticas; Gestão do voluntariado; Desenvolvimento Institucional.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, M. F. de, SUZUKI, F. M., UEDA, Mery, SAKIMA, R. Y. e GHOBIL, A. N. *Gestão do Terceiro Setor no Brasil – Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo, Futura, 2001. 204p.

CARVALHO, Nanci Valadares de. *Autogestão - O Nascimento das ONGs*. Editora Brasiliense. 2ª ed. rev. 1995.193p.

CORDERY, Carolyn; SINCLAIR, Rowena. Measuring performance in the third sector. *Qualitative Research in Accounting & Management*, v. 10, n. 3/4, p. 196-212, 2013.

COSTA, Aloysio Teixeira. *Administração de entidades sem fins lucrativos*. São Paulo: Nobel, 1992.

COSTA, Cristina (org.), OLIVIERI, Cristiane, CASTRO, Gisela, SOARES, Ismar de Oliveira, FERRAZ, Luci, KISIL, Marcos, MOTTER, Maria de Lourdes, FÍGARO, Roseli. *Gestão da Comunicação: Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, Responsabilidade Social e Novas Formas de Cidadania*. Editora Atlas, 2007. 102p.

DOHME, Vania. *Voluntariado equipes produtivas – Como liderar ou fazer parte de uma delas*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001. 210p.

DONEGANA, Constanzo. *Eles, os excluídos. Superando a Apartação Social com a Comunhão*. São Paulo, Editora Cidade Nova, 1995. 124p.

DRUCKER, Peter. *Administração de Organizações Sem fins Lucrativos*. São Paulo: Pioneira, 1995. 166p.

FERNANDES, Rubem César. & PIQUET, Leandro. *ONGs Anos 90: A Opinião dos Dirigentes Brasileiros*. Rio de Janeiro: ISER, 1991. _____ . *Privado, Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1984. 156p. _____ . "O que é o terceiro setor?" In: *3º Setor – desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: GIFE, Paz e Terra, 1997.

GIDRON, Benjamin. Promoting civil society in third sector organizations through participatory management patterns. *European Management Journal*, v. 28, n. 6, p. 403-412, 2010.

HUDSON, Mike. *Administrando Organizações do Terceiro Setor. O Desafio de Administrar sem receita*. São Paulo: Makron Books, 1999. 309p.

KIM, Seung Hyun. On the historical determinants of third sector strength: A qualitative comparative analysis. *The Social Science Journal*, v. 48, n. 4, p. 641-650, 2011.

SALAMON, Lester M., ANHEIER, Helmut K., LIST, Regina, TOEPLER, Stefan, SOKOLOWSKI, S. Wojciech and Associates. *Global Civil Society - Dimensions of the Nonprofit Sector*. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

SELANDER, Kirsikka. Work Engagement in the Third Sector. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 26, n. 4, p. 1391-1411, 2015.

SINCLAIR, Rowena; BOLT, Rebecca. Third sector accounting standard setting: Do third sector stakeholders have voice?. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 24, n. 3, p. 760-784, 2013.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997. 140p.

VIOLIN, Tarso Cabral. *Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública*. Editora Fórum, 2006.